



Afunda
[Signature]
21.12.17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N° 4/2017

Sessão realizada em 14 de setembro de 2017

[Handwritten signatures]

ACTA N.º 4/2017

Aos catorze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada pelo Senhor Luís da Cruz Gavinhos e pela Senhora Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Catarina Gavinhos, Henrique Dias e Ana Leonor Santos que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros Guilherme Freches, João Couto Gonçalves e Nelson Reis. O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Três Povos foi substituído pelo seu representante legal. Faltaram ainda os membros Patrícia Gonçalves, Daniel Cruz, António Batista, Carlos Ventura, Fernando Barata, Rogério Palmeiro, Paulo Infante, Carina Batista, Ilídio Martins e José Manuel Silva.

Relativamente ao Executivo Municipal faltaram os Senhores Vereadores António Quelhas e Clotilde Barata.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

- Aprovação da ata n.ºs 2 (29-04-2016);
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da **Informação Escrita do Presidente da Câmara**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
2. Apreciação e votação da **Proposta – “ Declaração de Interesse Municipal (D.L. n.º 165/2014, de 5 de Novembro) - PORTASIL ALUMÍNIOS, LDA.”**, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;
3. Apreciação e votação da **Proposta –“ Sociedade VIF – Vidreira Ideal do Fundão – Declaração de Interesse Municipal”**, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;

4. Apreciação e votação da **Proposta – NANOPARADISE, Lda. - Declaração de Interesse Municipal**”, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;

5. Apreciação e votação da **Proposta – Empresa 7.CBAFRUIT, Lda. - Declaração de Interesse Municipal, redução de IMT e IMI**”, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Presidente da Mesa – Saudou os presentes e justificou a antecipação da data desta sessão da assembleia municipal, para que a data não coincidissem com o período de campanha eleitoral autárquica, em que os partidos e candidatos estão ocupados com as suas campanhas e devem estar libertos para isso e não converter a assembleia municipal em local de campanha. Por outro lado, face à calamidade que atingiu a serra da Gardunha, entendeu-se que, tão pronto quanto possível, se devia fazer uma primeira abordagem, uma reflexão, um debate sobre esta questão de forma a criar um posicionamento da assembleia municipal face a essa tragédia que também nos atingiu e de cuja dimensão não há memória. Informou que em 17 de Agosto faleceu o Sr. Aurélio Salvado Sanches, antigo presidente da junta de freguesia de Vale de Prazeres e membro desta assembleia municipal durante 6 mandatos, pessoa que muito contribuiu para a vida municipal quer na sua freguesia, quer nesta assembleia. Propôs 1 minuto de silêncio em sua memória, o que foi feito de imediato. Foi também deliberado por unanimidade enviar à família um voto de pesar na pessoa do seu irmão presente na sala, Sr. Manuel Sanches, o qual foi aclamado.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou a apreciação dos Senhores membros da assembleia a ata da sessão realizada em Junho, a qual foi aprovada por unanimidade.

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

Presidente da Mesa – Começou por informar que, como membro da assembleia, iria fazer uma intervenção. Embora não tivesse vivido localmente os trágicos acontecimentos relacionados com o fogo na serra da Gardunha, os acompanhou com muita emoção e inquietação, a dor que todos tivemos. Lembrou que na última sessão da assembleia, a propósito do fogo de Pedrogão Grande, houve intervenções de grande qualidade sobre a questão dos fogos. Lembrou também que foi aprovado um voto de pesar, remetido às cinco assembleias municipais dos municípios atingidos pelo grande

incêndio da zona centro. Informou que a Mesa da assembleia municipal recolheu das autarquias envolvidas manifestações bastante expressivas de agradecimento pela solidariedade demonstrada pela assembleia municipal do Fundão. A tragédia da Gardunha teve danos económicos, sociais, patrimoniais, ambientais e físicos, mas teve também muitos danos morais, que normalmente não se quantificam mas têm grande relevância. Manifestou também o reconhecimento de todos aqueles que no concelho do Fundão contribuíram para combater essa tragédia, particularmente os bombeiros, as juntas de freguesia, organizações da sociedade civil, serviços municipais, populações. A sua interação foi absolutamente decisiva para travar uma tragédia que poderia ter sido maior. Teve também a percepção que a solidariedade beirã veio mais uma vez ao de cima. Agora, para além de levantar a Gardunha das cinzas é necessário que os órgãos autárquicos e governamentais saibam interagir de forma coordenada e organizada, inteligente e coerente e pensar também na prevenção do futuro. Chegamos a esta tragédia com um ciclo de outras tragédias que ciclicamente vão ocorrendo, pelo que temos de assumir a responsabilidade de debater seriamente a prevenção, temos de nos unir na luta para que o Estado Central leve a sério de uma vez por todas o Interior do País, sem o ver como um fardo que de tempos a tempos vai compensando. O Interior não é um fardo mas uma riqueza, um património, uma identidade, uma cultura. O Estado tem de assumir o Interior como uma prioridade natural e a justa repartição de competências e recursos devem ser uma realidade. Há desequilíbrios importantes entre as competências e os recursos, quem faz o quê e com que meios. Tudo o que vier a ser feito, quer para levantar a Gardunha das cinzas, quer para criar condições para a prevenção de incêndios deve ser feito com uma interação intensa, insubstituível, com a câmara municipal e juntas de freguesia. A próxima assembleia municipal eleita em sufrágio no próximo dia 1 de Outubro tem muito trabalho a fazer para acompanhar e participar no debate e propor, exigir e fiscalizar, para que a Gardunha possa renascer e a prevenção se faça de forma efetiva.

Aires Proença – Após cumprimentar todos os presentes, disse intervir hoje aqui com alguma tristeza e também com alguma revolta com os acontecimentos que ocorreram no passado dia 8 de setembro em que 3 aldeias da sua freguesia do Telhado ficaram completamente varridas pelo fogo. Disse entender as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal na sua intervenção inicial mas não concorda com algumas das suas palavras, uma vez que nem tudo correu como devia. Embora as juntas de freguesia

e a câmara municipal tenham estado sempre em sintonia, a coordenação dos bombeiros e proteção civil correu muito mal, tirando daí os bombeiros do Fundão que sentiram na pele aquilo que também era deles próprios. Foi inclusive mal tratado pelos responsáveis da proteção civil, tendo-lhe inclusive sido dito que até podia ser o Presidente da Republica, mas a opinião dele não contava para nada e não queriam saber se o caminho A, B ou C eram ou não os mais adequados para o combate ao fogo, eles é que sabiam o que fazer. Os bombeiros de outras corporações acabavam por chegar às aldeias depois do fogo já ter passado e dizimado quintas e quintais e outras propriedades sem que nada fosse feito para o contrariar. Os populares, sim, foram fortes e lutaram pelas suas terras e bens, ao contrário dos que deviam e nada fizeram. Onde estava a proteção civil, onde estavam os bombeiros quando foram precisos, onde estava a coordenação necessária. Está desolado, o Casal de Santa Maria não existe.

Presidente da Mesa – Afirmou que não disse que o combate aos incêndios correu bem, até considera que correu mal, limitando-se a emitir um sinal de reconhecimento aos que localmente e no terreno fizeram um esforço sobre humana para evitar uma tragédia ainda maior.

Guilherme Frexes - Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a CDU do Fundão quer aqui lamentar a ocorrência dos incêndios devastadores que dizimaram a Serra da Gardunha, sendo certo também que quem os colocou tem mão criminosa, já que as consequências destes fogos são uma ofensa à vida das populações e em particular dos Fundanenses. A ligação deste concelho à Serra é inegável, a começar pela localização de várias freguesias nas encostas. Além disso, a serra é incubadora daquilo que nos torna conhecidos por esse Portugal fora e também a nível internacional que é a cereja. Deixou uma palavra de solidariedade para com todos os que, de forma direta ou indireta, foram afetadas pela ação violenta do fogo e também por aqueles que deram o corpo ao manifesto e contribuíram para o esforço sobre humano para combater os incêndios, em particular os bombeiros. Torna-se imprescindível redobrar esforços para que não estejamos dependentes da boa vontade e do espírito de sacrificio das populações. Devem ser apenas os profissionais qualificados os responsáveis por essa responsabilidade, o que exige uma mudança radical de política. Precisamos de mais guardas florestais, mais equipas de sapedores, mais economia de floresta, em suma precisamos de mais vida na Gardunha. Disse também que no passado dia 22 de junho a

CDU promoveu no Fundão um debate sobre o tema dos incêndios e prevenção e entre outras coisas falou-se na falta de cooperação intermunicipal de proteção da serra. Falou-se também da possibilidade que a nova Lei dos baldios vai trazer brevemente, possibilitando aos compartes, após o registo dos baldios em sede de Conservatória e que estes representam 20% da área da serra. Manifestou-se preocupado com as vozes de protesto contra os pequenos proprietários que não cuidam das suas terras, como se estes fossem agora os culpados das más políticas regionais e nacionais. Falou-se também da Biomassa, solução que tem sido apontada como a “galinha dos ovos de ouro”, que vai resolver todos os problemas da floresta, mas há que ter aqui cautelas, visto que por todo o Mundo as grandes centrais de biomassa estão a fechar devido à baixa produtividade energética e aos custos de transporte. Acha que o caminho poderá passar pela criação de pequenas centrais descentralizadas, mas não lhe parece ser esse o caminho que está a ser seguido. Pessoalmente o ensinamento que o tocou desse debate foi uma afirmação da Arquiteta Paisagista que afirmou que a paisagem é uma construção cultural com elementos naturais e como tal representa o poder e as suas opções políticas, ou seja, a nossa paisagem é reflexo da nossa atividade.

Jean Barroca – Após os cumprimentos a todos os presentes disse ser muito difícil falar do tema dos incêndios e mais difícil se tornou depois de ouvir as palavras emocionadas do Sr. Presidente da Junta do Telhado. Este verão teve momentos difíceis, angústias gigantescas para as nossas gentes e para aqueles que as representam. Os incêndios deste ano foram um flagelo sem precedentes. Trata-se de uma questão que não é novidade já que todos os Portugueses se habituaram a passar os verões a ouvir relatos de situações trágicas que se foram abatendo sobre as nossas florestas. Este ano as proporções são inigualáveis já que há décadas que não ardia tanta área de floresta no nosso País e mais o flagelo horrível das pessoas que perderam a vida. No nosso território a Gardunha e a Argemela também sofreram de forma trágica este flagelo e não foi fácil o trabalho de muitos para que a tragédia não atingisse ainda maiores proporções. Devemos agradecer a todos os fundanenses que lutaram por aquilo que é seu, ajudaram a salvar os seus pertences e dos vizinhos, mas salvando também as suas vidas e o seu futuro. Devemos também reconhecer o trabalho dos bombeiros do Fundão, das forças de segurança, dos sapadores e proteção civil municipal, na resposta às situações de emergência que ocorreram no nosso concelho. Também as empresas responderam muito positivamente colocando os seus meios ao dispor. Por último os autarcas das freguesias e do município

que se lançaram no terreno, como tinham de fazer, mas impotentes face à força da natureza e que nunca hesitaram em defender as suas terras e as suas gentes. A partir do momento em que os sinos tocaram a rebate não houve partidos nem cores, na hora de ajudar. O município já está a fazer o levantamento dos prejuízos, que ultrapassam os 15 milhões de euros. A serra e a natureza são a nossa identidade e se nós perdermos o contacto com aquilo que nos define, perdemos também muito daquilo que nos orgulhamos, porque quando todos levantarmos com orgulho a bandeira do Fundão, levantamos a bandeira de um território que é nosso e que amamos. Esta situação extrema requer respostas extremas e todo o Fundão respondeu de forma espontânea a este desafio. Um movimento da sociedade civil mobilizou-se já na procura de consensos e de soluções para uma rápida reflorestação da nossa terra. Importa hoje planificar rapidamente para que se possa passar à ação. A próxima assembleia municipal vai ter um papel muito importante neste processo e terá muito trabalho pela frente de forma a ajudar a criar instrumentos de planeamento que ajudem a resolução deste grave problema. Se todos estivermos unidos, se tivermos por parte do Estado a assunção das suas responsabilidades, se não houver municípios de primeira e de segunda, vamos conseguir dar a volta a esta situação e evitar que mais uma vez o abandono do Interior se concretize. Este País não tem futuro se recusar aquilo que o Interior representa.

Conceição Martins – Depois dos cumprimentos apresentou uma Moção relativa aos incêndios que se junta à presente ata como **Anexo 1**.

Rosa Moreira - Apresentou um documento que se junta à presente ata como **Anexo 2** (voto de solidariedade para com os enfermeiros).

Eduardo Saraiva – Cumprimentou todos os presentes e disse estarmos nu momento de solidariedade em que todos nos devemos empenhar. Afirmou que mais uma vez faz sentido aquilo que há muitos anos repete “O partido do Fundão”. Independentemente das cores e ideologias, temos de dar corpo a essa ideia na defesa da nossa Gardunha. Afirmou subscrever a intervenção inicial do Senhor Presidente da Mesa, dando-lhe os parabéns pelas mesmas. Todas as pessoas sentiram também as palavras emocionadas e a dor no coração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Telhado, que se sentiu impotente perante tantas dificuldades e tanta desorganização, sendo inacreditável aquilo que também presenciou, juntamente com o Dr. Rogério Hilário, de ver bombeiros à

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Rosa Moreira".

espera que alguém os informasse o que deviam fazer e para onde ir, as orientações eram só para defender as pessoas e as casas e não podiam avançar para além disso. Depois aconteceu aquilo que aconteceu e o verde da zona centro do País simplesmente desapareceu em extensões inacreditáveis, trata-se de um cinzento que mete medo em alguns locais. Numa viagem de comboio que fez de Lisboa para o Fundão pôde verificar a destruição do fogo junto ao Tejo, achando ser quase impossível ter-se deixado passar o fogo de uma margem para a outra. Assim, perante esta catástrofe, tem de existir uma grande união na defesa dos nossos bens, da nossa gente, da nossa serra, porque é aqui que as pessoas vivem. Tal como já afirmou também noutras ocasiões “A Gardunha é a eterna namorada dos Fundanenses”, ela estava bonita, hoje ainda tem as suas belezas e certamente irá rejuvenescer com a ajuda de todos e tornar-se naquilo que sempre foi. Por outro lado, as alterações efetuadas nas chefias da proteção civil no último mês de abril, também não ajudaram nada, já que foram colocadas pessoas á frente daquele serviço, sem qualquer tipo de experiência e sem conhecimentos acumulados. Há inquéritos a decorrer pelo que aguarda que os mesmos possam clarificar tudo o que se passou, no entanto as medidas são necessárias já porque o futuro começa amanhã, não temos tempo para esperar por estudos e mais estudos, temos obrigação de zelar já pelo futuro dos nossos filhos e dos nossos netos.

Luís Lourenço – Cumprimentou todos e em especial os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Alcongosta, Castelo Novo e Soalheira e muito especialmente do Telhado. Há no ar um grito de alma que nos sufoca desde os incêndios e a intervenção do Sr. Presidente da Junta do Telhado fê-lo fazer esta intervenção. Informou que reside no Souto da Casa com uma vista espetacular sobre a Gardunha e naquele domingo estava em casa com uma forte carapaça de fumo visível. Por volta do meio-dia comeram a surgir no cimo da serra as primeiras chamas vindas do outro lado, de um fogo que começou co concelho de Castelo Branco. O fogo andou por ali domingo de manhã, de tarde, à noite, na segunda-feira de manhã até ao meio dia e ele próprio que não percebe nada de combate a incêndios olhou para aquilo espantado durante 24 horas, já que, principalmente na zona de mato não se atalhou e dominou o fogo. Não podemos ficar com o síndrome de Pedrogão e simplesmente defender as casa e as pessoas, porque as casas das pessoas de Alcongosta, Castelo Novo, Soalheira Telhado e doutros locais defendem-se, atacando o fogo na altura em que o mesmo pode ser dominado e segundo aquilo que pôde verificar, isso não foi feito na Gardunha, pelo que gostava que alguém

lhe explicasse qual o motivo para se ter funcionado assim. Relativamente ao futuro considerou que a Gardunha, embora com alguns problemas, não estava desordenada e vai ser necessário intervir, mas não sejam aprendizes de feiticeiros e não façamos coisas que possam ser piores do que estavam antes.

Quero
H.A.

Conceição Martins – Fez uma intervenção que se junta à presente ata como Anexo 3.

Filipe Gonçalves – Após os cumprimentos a todos, disse que não ia falar na área ardida mas naquela área que ainda continua verde. Disse estar preocupado porque se fala muito na criação de grupos de trabalho para resolver a questão da área ardida, nomeadamente na Gardunha, mas temos de encontrar os meios necessários para preservar a área que ainda está verde e já temos menos de 1 ano para o fazer. A EN 238 desde Silveiras até ao Orvalho é uma grande mancha de pinhal que felizmente continua verde. Urge fazer alguns investimentos na mesma para que não aconteça o que se passou noutros sítios, necessitamos de mais pontos de água e de manutenção da rede primária. Disse também que ele próprio acompanhou no terreno os grandes fogos que ocorreram no nosso concelho e não pode deixar de dar uma palavra ao grande trabalho realizado pelos bombeiros do Fundão, que estiveram sempre incansáveis no terreno a trabalhar.

Carlos S. Martinho – Começou por cumprimentar todos os presentes e manifestar o apoio do grupo do PSD à proposta apresentada pelo membro Rosa Moreira, destacando o papel imprescindível dos enfermeiros na saúde de todos os Portugueses. Sobre os incêndios não vai dizer mais nada já que fez uma intervenção sobre o tema na última assembleia municipal, onde apontou diversos caminhos sem antever o desastre que se abateu na nossa serra, no entanto solidariza-se com todos os que tiveram perdas físicas, psicológicas ou materiais com estes incêndios e está certo que todos saberemos construir um puzzle que leve as zonas ardidas a recuperar rapidamente e a ser como eram. Temos de ter cabeça fria e não nos deixarmos levar pelo “aquecimento dos acontecimentos”, que nos levem a formular propostas irrealistas. Relativamente à intervenção do membro Conceição Martins desejou-lhe as maiores felicidades fora da atividade política, já que vai sair da assembleia municipal, embora candidata à câmara parece-lhe que vai mesmo abandonar a atividade política. Sobre o balanço que fez e mais concretamente sobre o saldo migratório, informou-a que o Fundão tem o melhor saldo migratório do distrito e é um dos melhores concelhos do Interior do País, tendo

isso mesmo sido manifestado na última sessão da assembleia municipal de Castelo Branco, onde o Fundão foi considerado como um exemplo a seguir por Castelo Branco, pelo que a mensagem aqui transmitida foi trocada. Sobre o comércio disse que infelizmente o comércio está em crise há décadas, tanto no Fundão como no País, existem muitas razões para isso, umas locais, outras nacionais e neste momento está-se a desenvolver um grande trabalho de forma a revitalizar o comércio do Fundão. A proliferação de grandes superfícies comerciais no nosso País veio alterar o paradigma de comércio e fazer com que este desfecho fosse quase inevitável. Quanto às localidades sem saneamento básico, disse não saber a que se estava a referir, já que, segundo sabe, Ladeira tem saneamento básico. Pode-se é questionar se é economicamente viável colocar o saneamento em alguns locais, em alguns bairros face à sua dispersão e ao facto de haver outras formas de saneamento, tal como menciona a OCDE, que resolvem o problema com eficácia. O concelho do Fundão tem mais de 97% de alocação de saneamento básico à população. Gostaria de saber qual o município do País com uma taxa de saneamento tão próxima desta.

O membro Rosa Moreira justificou a ausência momentânea do membro Conceição Martins, juntamente com os restantes líderes de cada grupo, a trabalhar na moção conjunta a apresentar sobre os incêndios.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o voto de solidariedade para com os enfermeiros (**Anexo 1**), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Após um breve interregno, o Senhor Presidente da Mesa leu a moção reformulado sobre os incêndios (**Anexo 2**), apresentada por todos os grupos municipais e colocou-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da **Informação Escrita do Presidente da Câmara**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)

Conceição Martins – Afirmou que nos termos da síntese financeira apresentada nesta informação, se constata que as receitas são sempre menos nesta altura do que as que foram orçadas, em 2015 tiveram um desvio de 8%, obrigando a um empréstimo de curta duração de cerca de 2 milhões de euros, em 2016 teve um desvio de 12%, tendo sido feito um empréstimo de curto prazo de 1 milhão de euros e nesta altura estamos com um desvio de 24%, pelo que pergunta quanto é que a próxima câmara municipal terá de pedir para cobrir este diferencial das receitas orçadas. Nesta altura era habitual ver ali a informação do PAEL, mas desta vez não veio esse documento a acompanhar a informação escrita do Senhor Presidente, o que se lamenta.

Luís Lourenço – Reiterou que este documento formalmente continua bem mas não é isento de críticas o seu conteúdo. Assim, no seu ponto 1.4 “*Reuniões e diligências diversas*”, o Senhor Presidente da Câmara informa da reunião havida relativa ao tema “bombo património imaterial...”, mas em nome do rigor devemos dizer que fugir à designação de Bombos de Lavacolhos é política e culturalmente incorreto, já que em todo o lado existem bombos mas só os de Lavacolhos têm valor patrimonial inigualável, pelo que fugir a esta realidade é negar uma evidência histórica. No ponto 2.1 “*Síntese da informação financeira*” são divulgados dois pequenos quadros que não dão conhecimento significativo sobre a verdadeira situação financeira da câmara municipal, mas a pouca que existe não deixa de ser preocupante, já que só está pago metade daquilo que foi comprometido, pelo que pergunta o que está a acontecer, será o relaxar do controlo ou o frenesim eleitoral a mandar que se faça logo e se pague depois. Em nome de um princípio de transparência, o que a CDU pretende é que a câmara municipal torne público todos os relatórios de acompanhamento trimestral do PAEL, enviados à DGAL. Os Fundanenses exigem que a autarquia seja uma pessoa de bem e tenha boas contas com todos os fornecedores e exigem também que não se caia no despesismo em época de pré campanha eleitoral com aumentos dos prazos de pagamento aos fornecedores locais. De acordo com os relatórios enviados à DGAL, de 30/9/2016 a 30/6/2017 o prazo médio de pagamento passou de 48 para 71 dias, o que é um motivo de grande preocupação. No ponto 3 “*Inovação e Investimento*”, o Senhor Presidente presta algumas informações acerca das ações preparatórias para a instalação de um centro de recolha de biomassa vegetal em Silvaes. Trata-se de um tema em que tem muita coisa para dizer, mas face ao escasso tempo que ainda tem deixou o compromisso de voltar ao tema no próximo mandato, se forem eleitos. Considera no

entanto interessante, as instalações referidas estarem localizadas no parque industrial de Silvares, mas segundo as informações que possui pagar-se cerca de 20 € por tonelada de material é um pouco miserável. Também não encontra qualquer racionalidade no facto do centro de biomassa ser projetado para a zona industrial do Fundão e não ficar em Silvares, impondo custos de transporte pesados a este negócio, que já de si é baixo. Ainda, na alínea f) do ponto 3.1 *Apoio ao investimento/arrendamento no âmbito de ações no Plano de Inovação do Fundão – Bolsa de Imóveis*”, lê informação que existem 112 imóveis e que desses estão ocupados 108. Porém a CDU obteve outra informação de que existiam renovações de arrendamentos, pelo que gostaria que lhe explicassem o que se está a passar. Trata-se de uma bolsa ou não? Os contratos são feitos por 1 ano ou prolongam-se no tempo? A quem se arrenda? O arrendamento é feito à câmara municipal ou ao inquilino? Por quanto tempo é feito esse arrendamento? É feito à câmara municipal por 1 ou mais anos? Quem paga ao senhorio? Se é a câmara que arrenda e paga as rendas isto não é uma bolsa mas sim outra coisa. Finalmente no ponto 4.2 *“Serviço público de transporte de passageiros”* e em nome do rigor e da transparência, existem menos registos de reuniões, devíamos ter informação mais detalhada sobre uma matéria que é de vital importância para o concelho, a mobilidade. Sabemos que nesta matéria existe um novo enquadramento legal e que em sede de orçamento de estado foi destinada ao Fundão uma verba de 17.049 €, mas não se sabe que decisões e compromissos já foram assumidos. A CDU quer deixar bem claro que este assunto deve ser urgentemente agendado para uma próxima sessão da assembleia municipal, eventualmente numa sessão extraordinária. É necessário que a decisão sobre a configuração do serviço público de transporte de passageiros municipal seja partilhada e não fique pelos corredores da câmara municipal do Fundão. Não entende se se está perante uma responsabilidade assumida pela Câmara Municipal ou a mesma será transferida para a CIM – Beiras e Serra da Estrela nem qual das situações serve melhor os interesses do Fundão.

Rosa Moreira – Disse que a 14 de setembro, véspera do feriado municipal de Santa Luzia, se dá pouca ou nenhuma ênfase ao facto, mas por outro lado, através da correspondência enviada pela câmara municipal faz-se publicidade aos Chocalhos, o que lhe desagradou profundamente. Espera que no próximo ano se faça alguma justiça e não venha aqui um selo publicitário dos Chocalhos mas sim da Romaria de Santa Luzia,

ex-libris da nossa região, feriado municipal há dezenas de anos. Apelou ao bairrismo de todos em defesa da romaria que dá origem ao feriado municipal do concelho.

Eduardo Saraiva – Disse que a questão da Santa Luzia ficará para uma discussão posterior. Quanto à informação escrita realçou o festival “Cale e Sangria Agosto” que se impôs na nossa região e na nossa cidade, sobretudo porque consegue congrega três entidades, a câmara, junta de freguesia e ACIF. Sugeriu que se fizesse um esforço para que os espaços de esplanada fossem mais porque não é fácil jantar naquele local durante as festas. Relativamente às atividades no Museu Arqueológico José Monteiro, disse que embora o espaço seja pequeno, o museu desenvolve muitas atividades interessantes que convém realçar, bem como o empenhamento de todas as pessoas que ali trabalham.

Jean Barroca – Começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que quando ouviu o membro Rosa Moreira aqui falar da Santa Luzia, pensava que vinha aqui mencionar o grande investimento feito por esta câmara municipal na Casa da Romaria, demonstrativo da defesa daquele grande património de todos. No último ano tem-se vindo a registar um maior investimento naquela que é a nossa principal romaria, o que demonstra uma aposta do executivo naquela festa. Relativamente ao património imaterial, disse que a ideia da câmara municipal não é só mostrar às pessoas a paisagem, o nosso património natural, passa também por mostrar algo mais profundo, procurando partilhar aquilo que é a nossa memória, aquelas que são as nossas experiências. Daí a importância de termos a Casa Eugénio de Andrade, a Casa das Memórias António Guterres e outras. Destacou esta estratégia e convidou todos a visitar a Casa da Romaria de Santa Luzia, no Castelejo, pois trata-se de um espaço que merece ser visitado.

Rosa Moreira – Voltou para afirmar que o espaço da Santa Luzia sempre foi melhorando as infraestruturas e embelezado o local, sendo muito importante o trabalho efetuado por muita gente ao longo de gerações, bem como naquilo que foi a aquisição dos terrenos envolventes necessários ao estacionamento. Este trabalho não é de há 1 ano nem sequer de há 4 anos, foi feito ao longo dos tempos, por muita gente, de forma a permitir que o Senhor Presidente da Câmara agora pudesse inaugurar aquilo que muitos ajudaram a construir.

Presidente da Mesa – Disse estarmos perante uma convergência de opiniões natural, porque a Santa Luzia é porventura dos denominadores mais forte do nosso concelho.

Presidente da Câmara – Depois dos cumprimentos a todos os presentes agradeceu o facto de ter sido possível o consenso de toda a assembleia municipal relativamente à moção aprovada relativa aos incêndios e o desafio que temos pela frente de recuperar não só o património físico, como o património moral e também naquilo que é uma abordagem de desenvolvimento sustentável. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, realçou aquilo a que pode chamar de necessidade de descentralizar competências, de aproximar determinadas competências de gestão do território, nomeadamente das áreas protegidas, dos espaços florestais das entidades locais. Também é importante referenciar a abordagem naquilo que é a gestão do comando, de decisão da proteção civil, isto dentro de uma ótica do que é decidido num determinado sitio, quais os níveis críticos de decisão, em que tempo e em que proximidade. O conhecimento é certamente a decisão mais acertada, mais correta e em tempo útil, aquele que eventualmente será mais capacitado para salvar mais património e reduzir o risco para as pessoas. Deu conhecimentos que no nosso concelho resultaram 20 pessoas feridas com os incêndios, sendo que uma, o Senhor Luís Pina, ainda carece de imensos cuidados, pelo que lhes quis deixar um voto de solidariedade e agradecimento. Afirmou também que o povo do Fundão foi excepcional na resposta solidária, colaborativa e urgente que deu na defesa do nosso território, do nosso município. Disse também que no seu entender existem questões de soberania que têm de ser vistas, quando uma entidade tem de defender o seu território. Um País que está sob ocupação do fogo não é um País em que as pessoas possam circular livremente, em segurança, por isso existe aqui uma questão naquilo que é um quadro de soberania, num quadro de direito e questões fundamentais de um País. Todos os instrumentos jurídicos, legais, económicos, relacionais que possam ser agregáveis para resolver esta questão têm de ser colocados em cima da mesa para que não haja desculpas ou não entremos aqui numa discussão da lista dos mais culpados, o que é absurdo nesta altura. Está de acordo com a preocupação aqui colocada relativamente aos enfermeiros, lembrando que nas últimas assembleias municipais ele próprio focou esse problema, que complementava aquilo que era o mal endémico dos médicos, no que toca àquilo que é o funcionamento cabal das nossas instituições de saúde. Trata-se de uma preocupação que se vinha acumulando e teve a oportunidade de dar o seu testemunho institucional de

grande apreço por estes profissionais, nomeadamente os que exercem no hospital cova da Beira e no hospital do Fundão, que fazem muito mais do que aquilo que é a sua obrigação contratual, dão muitas mais horas do que deviam, exatamente porque têm em si este enorme sentido de responsabilidade, este compromisso também com a suas terras e com a sua região ou aquela que adotaram como sua. Espera assim que este esforço seja mais reconhecido e mais valorizado, porque esta é uma questão fundamental naquilo que são os cuidados de saúde. Voltando à questão dos incêndios disse que apesar de não ter sido aprovado o nosso pedido de calamidade pública, fomos integrados num modelo de resposta dos municípios mais atingidos e como tal os nossos pedidos foram aceites naquilo que é o acesso a determinado tipo de instrumentos que vão desde o fundo de emergência municipal a outras mais relevantes no imediato, nomeadamente com a reposição da capacidade reprodutiva que vem através do plano de desenvolvimento rural. Sobre as casas temáticas que ultimamente se foram trabalhando e requalificando, achou muito importante a abertura da “Casa da Memórias António Guterres”, bem como a Casa do Bombo em Lavacolhos, naquilo que é a valorização do património imaterial. Também o espaço ligado à Casa da Romaria demonstra bem a importância que se está a dar à principal romagem do concelho, a Santa Luzia. Relativamente à situação financeira do município continua-se a cumprir os pressupostos do PAEL e o relatório do 3º trimestre deve estar quase pronto, sendo de imediato disponibilizado, ainda não foi a sessão de câmara, mas isso deverá ocorrer na próxima reunião. Do ponto de vista dos financiamentos comunitários estamos a entrar no ano 1, com muitas obras a decorrer e recursos atrasados, o que tem motivado a que num mês ou noutro possam ocorrer pequenas diferenças. Nos últimos 3 meses parece que alguma coisa alterou na região centro em termos de prioridades no que diz respeito aos financiamentos, esperando que pelo menos alguns constrangimentos possam ser ultrapassados de forma mais célere. Sobre a questão do contrato interadministrativo ligado à mobilidade, disse que o mesmo já foi alvo de análise na assembleia municipal, tendo sido aprovado. Aí está definida a relação município do Fundão/CIM, que áreas seriam delegadas na CIM em termos de mobilidade, quais as situações que ficariam integradas no município e também saber que quando se delega se está também a delegar todo o processo administrativo que irá conduzir à construção do Caderno de Encargos (final de 2018) e um concurso público Internacional para decorrer até final de 2019. Informou ainda que foi deixado em aberto a questão dos transportes flexíveis e que nada poderá ser colocado em caderno de encargos ou em contrato, que não tenha validação

prévia desta câmara municipal. Neste momento está-se a fazer o diagnóstico de tudo, de forma a executar o caderno de encargos que levará ao concurso internacional. A finalizar agradeceu a todos o trabalho realizado no mandato que agora termina, que do ponto de vista institucional decorreu de forma muito correta.

2. Apreciação e votação da **Proposta – “ Declaração de Interesse Municipal (D.L. nº 165/2014, de 5 de Novembro) - PORTASIL ALUMÍNIOS, LDA.”**, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;

Não havendo interessados em intervir sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação esta proposta tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

3. Apreciação e votação da **Proposta –“ Sociedade VIF – Vidreira Ideal do Fundão – Declaração de Interesse Municipal”**, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro

Não havendo interessados em intervir sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação esta proposta tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

4. Apreciação e votação da **Proposta – NANOPARADISE, Lda. - Declaração de Interesse Municipal”** , nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;

Luís Lourenço – Relativamente à criação de postos de trabalho, trata-se de uma situação que não vem bem especificada mais parecendo cópia dos documentos anteriores. Também se devia acompanhar a veracidade de criação dos mesmos. Relativamente à ameaça do empresário que vai investir no Hotel Príncipe da Beira, que dizia na sua argumentação que a não aprovação colocava em causa o investimento, disse que até á data ainda nada foi feito e o hotel continua fechado, pelo que perguntava como está esse investimento.

Presidente da Câmara – Relativamente ao Hotel Príncipe da Beira, deu conhecimento que o investidor português já fez as escrituras do imóvel há cerca de 30 dias, está a executar algumas obras e a criar as equipas necessárias para que possa abrir o mais

rápido possível. Disse que a câmara continua à procura de investidores para o concelho e informou de um grande investimento na área agrícola, que se vai implementar na zona dos Três Povos/Capinha, de produção de amêndoa. Sobre os postos de trabalho concordou que devemos acompanhar a realização daquilo que aqui aprovamos e isso é feito pela câmara municipal.

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação que foi aprovado por unanimidade.

5. **Apreciação e votação da Proposta – Empresa 7.CBAFRUIT, Lda. - Declaração de Interesse Municipal, redução de IMT e IMI”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro**

Presidente da Câmara – Voltando à intervenção da informação escrita disse que a criação de um posto de recolha em Silvares para servir a central de biomassa da zona industrial do Fundão, tem a ver com o facto de terem de existir pontos de entrega de proximidade. A central do Fundão é uma pequena central de biomassa a nível internacional, mas a nível nacional é uma grande/média central. O ponto de recolha de Silvares é muito importante já que permite o destroçamento e facilita o transporte, minimizando os custos dos fornecedores. Deverão existir mais dois pontos de recolha, um na zona dos Três Povos, que poderá fazer a ponte com os municípios vizinhos e outro no parque industrial Gardunha Sul, na Soalheira, de forma a poderem alimentar a central e biomassa na zona industrial do Fundão, que ajudará a alavancar a economia florestal em toda a região.

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação que foi aprovado por unanimidade.

Como não havia mais assuntos a discutir nesta sessão o **Senhor Presidente da Mesa** aproveitou para dizer que ao longo deste mandato que agora termina, a Mesa procurou conduzir sempre os trabalhos da melhor forma possível, respeitando a Lei e o regimento e sobretudo respeitando o espírito de um órgão vivo, que debate grandes temas, que faz consensos quando deve, faz confrontos e cultiva divergências de forma construtiva para a vida democrática. Foi para si uma honra ter liderado esta Mesa e agradeceu a todos a

colaboração que deram para que este mandato chegasse ao fim numa forma construtiva, com bom resultado. A relação entre a assembleia municipal e a câmara municipal nunca foi tão intensa como neste mandato, o que é de salutar para o bom funcionamento dos órgãos. A todos os que já não vão ser candidatos no próximo mandato deixou votos de felicidade no plano pessoal, desejando que mesmo assim continuem a acompanhar a vida do nosso município e da nossa terra. Bem Hajam.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal

1º Secretário

2º Secretário

VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. Apreciação e votação da Proposta – “ Declaração de Interesse Municipal (D.L. nº 165/2014, de 5 de Novembro) - PORTASIL ALUMÍNIOS, LDA.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro - Aprovada por unanimidade

3. Apreciação e votação da **Proposta – “ Sociedade VIF – Vidreira Ideal do Fundão – Declaração de Interesse Municipal”**, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro - Aprovada por unanimidade

4. Apreciação e votação da **Proposta – NANOPARADISE, Lda. - Declaração de Interesse Municipal”**, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro - Aprovada por unanimidade

5. Apreciação e votação da **Proposta – Empresa 7.CBAFRUIT, Lda. - Declaração de Interesse Municipal, redução de IMT e IMI”**, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro

MOÇÃO sobre o flagelo dos incêndios – Aprovada por unanimidade

Voto Solidariedade com os Enfermeiros em Portugal – Aprovada por unanimidade

Grupos Municipais do PSD, PS e CDU ANEXO 1
14.09.17
Apurada em reunião de
14.09.17

MOÇÃO

Os incêndios deste ano são um flagelo sem precedentes no concelho do Fundão e em todo o interior.

A questão dos incêndios não é novidade para ninguém. Todos os portugueses se habituaram a passar os verões a ouvir relatos sobre as situações trágicas causadas pelos incêndios.

Existem para este flagelo causas diversas: desde as condições climatéricas, ao abandono dos territórios rurais e consequentemente abandono da floresta, ao recurso abusivo da monocultura, com predominância para o eucalipto, até aos interesses económicos que podemos dizer que se enquadram no domínio do crime.

Este ano, ainda assim, as proporções atingidas são inigualáveis:

- Há décadas que não ardia tanta área no país.
- Nunca este flagelo tinha vitimado tantas pessoas no nosso país.

A Assembleia Municipal do Fundão envia um voto de solidariedade a todos os que foram assolados pelos incêndios neste verão.

A Assembleia Municipal do Fundão agradece primeiramente a todos os fundanenses que, numa onda de solidariedade e num sinal de amor verdadeiro pela nossa terra, se mobilizaram e combateram o incêndio, salvando os seus pertences, as suas vidas e o seu futuro.

A Assembleia Municipal do Fundão reconhece pública e penhoradamente o trabalho incansável dos Bombeiros, dos Sapadores Florestais, das Forças de Segurança e da Proteção Civil Municipal na resposta às situações de emergência que os fundanenses enfrentaram em diversas freguesias do nosso concelho.

A Assembleia Municipal do Fundão agradece ainda a colaboração de todas as empresas que, em resposta à ativação do Plano de Emergência Municipal, mobilizaram meios privados para enfrentar tais situações críticas.

Foi graças à capacidade de organização e à mobilização rápida de todos que se evitaram perdas maiores para as pessoas, para as famílias e para as empresas.

Esta situação extrema requer respostas extremas. A população do Fundão foi a primeira a responder a este desafio. De forma espontânea e auto-organizada, pessoas, empresas, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas deram o melhor de si para responder à situação de extrema urgência e necessidade causada pelos incêndios.

Na defesa espontânea dos interesses da Gardunha, um movimento da sociedade civil mobilizou-se, procurando-se agora soluções de concertação para uma rápida reflorestação das nossas serras

✍

Importa hoje planificar rapidamente uma resposta e, tão rápido quanto possível, passar à ação. Os fundanenses mobilizaram-se, lutaram pelos seus bens, pelas suas vidas e pelo seu futuro.

Esta Assembleia Municipal recomenda:

1. A defesa de um plano nacional de revitalização económica e social capaz de alterar o paradigma de gestão florestal nas diversas regiões afetadas;
2. A criação de uma comissão local de acompanhamento do processo de reflorestação e recuperação dos bens das famílias e empresas do concelho;
3. A organização de sessões abertas de discussão com a população do concelho do Fundão para criar instrumentos de planeamento que evitem a repetição da situação trágica deste ano, suportando-se em fundamentação científica reconhecida;
4. A distribuição rigorosa dos apoios às pessoas que realmente precisam e foram duramente atingidas;
5. A criação mecanismos de prevenção constante, com a limpeza de acessos, caminhos, pontos de água num mapeamento conhecido de todos os principais intervenientes. Incluindo a criação de equipas de sapadores / guardas florestais estrategicamente colocados no território.

14 de setembro de 2017

14.09.17

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Fundão
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão
Ex.mos Senhores Vereadores e demais membros da mesa
Ex.mos Senhores Deputados Municipais
Minhas Senhoras e meus Senhores

Apresentado por
comunidade
[Handwritten signature]

VOTO DE SOLIDARIEDADE COM OS ENFERMEIROS EM PORTUGAL

No quadro do ranking internacional que avalia os sistemas de saúde do ponto de vista do consumidor, em 2016 Portugal obtém a 14.ª posição num total de 35 países ficando pela primeira vez à frente do Reino Unido (15.ª) e de Espanha (18.ª). Para esta classificação, contribuem as decisões políticas adoptadas no nosso país e também as decisões das administrações dos hospitais ou centros de saúde, mas todos os cidadãos sabem, porque têm a experiência vivida na primeira pessoa ou nos seus familiares mais próximos e queridos, que os profissionais de saúde fazem toda a diferença quando se trata de oferecer e aplicar os cuidados necessários na doença mas também muito importantes na preservação da saúde.

A comunidade científica reconhece que em Portugal, a análise da composição da força de trabalho em saúde indicia uma combinação ineficiente de papéis de médicos e enfermeiros, avalia-se a necessidade de mudanças no ordenamento jurídico português para um alargamento das fronteiras da enfermagem.

A comunidade científica reconhece ainda que o sistema de saúde português continuará também a debater-se com um baixo reconhecimento social da profissão de enfermagem – de que a precariedade laboral, o nível salarial e a emigração são apenas sintomas que se vêm intensificando.

Posto isto talvez seja assim mais compreensível para todos aqui presentes, o que se passa hoje, e com difusão em todos os meios de comunicação nacional, com os enfermeiros e a manifestação do seu mais profundo descontentamento.

De que forma nos afecta localmente?

No Centro Hospitalar Cova da Beira, há 4 anos que não é contratado qualquer enfermeiro de forma a aumentar o número destes profissionais. Já foram mais de 410 os enfermeiros da unidade hospitalar da nossa região, hoje são apenas 377 os enfermeiros que garantem os cuidados necessários quer na unidade da Covilhã quer no Hospital do Fundão.

Cada um nesta sala, se a consideramos representativa deste município e este município representativo da realidade nacional, sabe qual o profissional que encontra em qualquer momento das 24 horas do dia, dos 7 dias da semana dos 365 dias do ano, quando entra num hospital. Encontra um enfermeiro que recebe um recém-nascido e encontra um enfermeiro que segura a mão de um doente em fim de vida.

A situação insustentável que se arrasta há alguns anos, agravada com as medidas tomadas no anterior governo não pode mais continuar, urge repor a justiça numa classe profissional tão sacrificada nomeadamente na unidade hospitalar da nossa região.

O Hospital do Fundão só tem a ganhar com o reforço da posição do CHCB no âmbito das unidades de saúde da região, sem enfermeiros toda a estrutura está comprometida e como bem compreendem todos nós enquanto utentes estamos em risco de perder os necessários e imprescindíveis cuidados de saúde.

Não podem encerrar serviços por falta de enfermeiros!

Não podem parar as cirurgias por falta de enfermeiros!

Para terminar dizer-vos que "quanto mais tarde se proceder ao adequado (re)posicionamento social dos enfermeiros, maior será o padecimento do Serviço Nacional de Saúde. A justeza dos princípios, não tem cor... não tem direita nem esquerda. A justeza dos princípios é a celebração pura da justiça! "

A todos os grupos municipais peço que aprovem este voto de solidariedade com os enfermeiros em Portugal para o bem do Serviço Nacional de Saúde.

Grupo Municipal do Partido Socialista

14/09/2017



14 | Setembro | 2017

Após 4 anos de intervenção política e cívica nesta Assembleia Municipal é tempo de fazer um balanço;

É preciso deixar o ilusório e descer ao real;

As funções deste Órgão que é a AM, são hoje pouco valorizadas, ficam aquém do desejado, porque por exemplo o Presidente de Junta, na esperança de conseguir as obras ou os projectos que legitimamente aspira para a sua Freguesia, não intervém, ou intervém muito pouco, neste nobre espaço de debate, com isso não podemos contribuir para a melhor solução, e ficamos todos mais pobres.

Acabamos o mandato sem a prometida renegociação do contracto de concessão das águas a empresa AQUALIA, não houve capacidade ou vontade para o fazer, obrigando-nos a pagar essa factura.

Porque vivemos nem colete-de-forças provocado pela dívida, não podemos baixar os impostos, continuando assim a não aliviar a factura das famílias, foi uma opção política assumida pelo senhor presidente como nos tem afirmado aqui por diversas vezes.

Muitos daqueles que por via do desemprego, saíram nos últimos 4 anos da cidade e das nossas aldeias, para procurar trabalho no estrangeiro, dificilmente regressarão, contribuindo para acentuar ainda mais a nossa balança demográfica de forma negativa.

Houve investimento para a captação de empresas, algumas sediadas no multíusos, mas, o cidadão comum, os comerciantes, os mais diversos agentes económicos ainda não sentiram esse efeito multiplicador tão apregoado pela Câmara.

O comércio que foi um ex-libris desta cidade vive dias de muita dificuldade com as pessoas a deslocarem-se às cidades vizinhas para efectuar as suas compras.

Depois de tantos milhões gastos em pleno século XXI continuamos com localidades que não tem saneamento básico, bem sei não se vê para a fotografia de noticia, mas é determinante para que aqueles que ainda são resilientes e vivem nesses territórios.

A cidade não se tornou atractiva, continua a ser negligenciada, na manutenção, na limpeza, no embelezamento, na reposição de pavimentos... naquelas intervenções que não custam milhões, mas, são determinantes para a qualidade de vida das pessoas, assim como, para lhes elevar o orgulho na sua cidade.

O Cine Teatro Gardunha, de tão discutida e apregoada a sua recuperação, com apresentação de pré projectos e projectos, que só por si, já consumiram elevados recursos públicos, sem qualquer resultado, já estamos todos como S Tomé, ver para crer, e algum dia, este edificio emblemático será a verdadeira casa da cultura do Fundão.

A manutenção da rede viária encontra-se ao nível do século passado nada se passa nem os calcetamentos de ultima hora e o abençoado alcatrão das eleições autárquicas lhe valeu, estão em mau estado e agravar-se-á com a chegada das chuvas no inverno.

Fico por aqui, mais se poderia elencar nesta listagem, não era difícil, porém quero terminar dizendo que foi para mim um prazer poder voltar a integrar esta Assembleia Municipal, nestes 4 anos procurei estar sempre com uma postura e intervenção onde a ética política é meu princípio norteador.

Sei que hoje, as pessoas principalmente os jovens não se querem envolver, distanciam-se, acham que é pouco nobre estar na vida pública participando politicamente na nossa vida diária, precisamos de elevar cada vez mais a fasquia da exigência política da correcção e da verdade para que sejamos modelos de atracção, porque corremos o risco como dizia

Bertolt Brecht no poema a indiferença

A INDIFERENÇA

Primeiro levaram os comunistas,
Mas eu não me importei
Porque não era nada comigo.

Em seguida levaram alguns operários,
Mas a mim não me afectou
Porque eu não sou operário.
Depois prenderam os sindicalistas,
Mas eu não me incomodei
Porque nunca fui sindicalista.
Logo a seguir chegou a vez
De alguns padres, mas como
Nunca fui religioso, também não liguei.
Agora levaram-me a mim
E quando percebi,
Já era tarde.

Ant.
F.